

Plano de ação fortalece o Programa Nacional de Controle do Câncer do Colo do Útero e de Mama

A presidente Dilma Roussef lançou em Manaus, dia 22 de março, um plano de ação para fortalecer o Programa Nacional de Controle do Câncer do Colo do Útero e de Mama. Para implementar as ações, que serão desenvolvidas até 2014, o Governo Federal vai investir R\$ 1,25 bilhão. O plano está inserido num projeto maior, de fortalecimento da rede de prevenção, diagnóstico e tratamento do câncer, que terá um aporte total de R\$ 4,5 bilhões. O diretor-geral do INCA, Luiz Antonio Santini, participou da solenidade na capital amazonense, maior cidade da Região Norte, onde o câncer de colo do útero é o mais frequente entre as mulheres.

No que tange ao câncer de colo do útero, o programa visa ampliar, em todo o país, a oferta de ações de prevenção, rastreamento, diagnóstico precoce e tratamento. Há três metas a serem cumpridas: superar o percentual de 75% de realização de exames de rastreamento nas mulheres com idade entre 25 e 59 anos, população-alvo do programa; alcançar índice menor que 5% para exames insatisfatórios nos municípios; e iniciar, em no máximo de 90 dias após o diagnóstico, o tratamento de mulheres com lesões precursoras. Para garantir o acesso ao exame preventivo (Papanicolaou) de qualidade, o programa preconiza que as equipes de saúde, na atenção primária, organizem o rastreamento segundo recomendações técnicas do programa para a cobertura da população-alvo.

Para o câncer de mama – neoplasia que mais acomete as mulheres brasileiras – os objetivos são garantir a ampliação do acesso aos exames de rastreamento (mamografia) com qualidade a todas as mulheres entre 50 e 69 anos (população-alvo do programa) e reduzir o tempo entre o diagnóstico e o início do tratamento, de forma a diminuir a mortalidade. Para isso, estão previstas ações que visam qualificar toda a rede de atenção para o controle do câncer de mama e garantir a manutenção dos mamógrafos.

Até 2014, o Programa Nacional de Controle do Câncer de Mama deve ampliar a cobertura de mamografias e aumentar a proporção de mulheres diagnosticadas com câncer que iniciam o tratamento em no máximo 60 dias. “Com o programa, queremos garantir que mais de 75%

das mulheres em idade de risco tenham exames preventivos realizados”, disse o ministro da Saúde, Alexandre Padilha, na solenidade em Manaus.



Revista internacional publica artigo sobre o SISMAMA

O Sistema de Informação do Controle do Câncer de Mama (SISMAMA) foi tema de um artigo publicado no suplemento *Cuidado global da mama: Como otimizar a distribuição em países de baixa e média renda*, da edição de abril do periódico internacional *The Breast*. O texto é de coautoria de profissionais da Divisão de Apoio à Rede de Atenção Oncológica (DARAO), com Leigh Passman, consultor da Assessoria de Relações Institucionais do INCA, e o diretor-geral, Luiz Antonio Santini.

O objetivo do artigo – que teve como base a participação do INCA na *Conferência da Cúpula Global sobre a Saúde das Mamas: Aperfeiçoamento dos Serviços de Saúde*, realizada em Chicago, em junho de 2010 – é apresentar o processo de implementação do SISMAMA e os resultados preliminares. Os autores ressaltam que a experiência de implementar o SISMAMA pode ser instrutiva para outros países com sistemas nacionais de saúde e que pretendem expandir os programas de detecção precoce de câncer de base populacional. “Este artigo, embora não seja um relatório de pesquisa de implementação em si, descreve diferentes estágios de um processo de desenvolvimento e implementação de uma ferramenta de gerenciamento – um novo sistema de informações – para um programa de detecção precoce de câncer de mama no Brasil”, relata o texto.

O artigo conclui que o SISMAMA, ao permitir o gerenciamento de informações de saúde, monitorar a qualidade dos prestadores de serviço, apoiar esforços de definição de padrões e subsidiar avaliação e controle, representa uma importante ferramenta regulatória e de gestão. Segundo os autores, essa é uma característica particularmente importante em um sistema de saúde como o do Brasil, que tem uma rede mista de prestadores de serviço públicos e privados.

